



RAC - Revista de Administração
Contemporânea

ISSN: 1415-6555

rac@anpad.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Administração
Brasil

Kreitlon, Maria Priscilla

McMoral, iPolítica, Cidadania Wireless: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil

RAC - Revista de Administração Contemporânea, vol. 16, núm. 2, março-abril, 2012, pp. 271-289

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84023050007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Disponível em
<http://www.anpad.org.br/rac>

RAC, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, art. 6,
pp. 271-289, Mar./Abr. 2012



McMoral, iPolítica, Cidadania *Wireless*: Reflexões para o Ensino e a Pesquisa em RSE no Brasil

McMorals, iPolitics, Wireless Citizenship: Thoughts for CSR Teaching and Research in Brazil

Maria Priscilla Kreitlon *

E-mail: mpriscilla@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas – IGE/UNICAMP
Campinas, SP, Brasil.

* Endereço: Maria Priscilla Kreitlon

Universidade Estadual de Campinas, IGE/UNICAMP, Rua João Pandiá Calógeras, 51, Campinas/SP, 13083-870.

Resumo

Este ensaio é proposto como reflexão eminentemente teórica e possui três objetivos principais. Primeiramente, discutir a produção de discursos sobre responsabilidade social empresarial (RSE), sob uma perspectiva crítica, entendendo tais discursos como campo de embate político, onde, em nome de uma causa aparentemente convergente, atores e poderes antagônicos se enfrentam e lutam por projetos bastante diferentes, quando não opostos. Em seguida, analisar o estado atual do ensino e da pesquisa sobre RSE no Brasil, tanto em termos das principais abordagens adotadas, como das referências e métodos que aí predominam, de modo a verificar quão questionadoras ou reprodutoras do *statu quo* são essas práticas. Por fim, no intuito de ilustrar o tipo de enfoque sistêmico, que se revela geralmente ausente desse campo de estudos, são abordadas três características estruturais e estruturantes das sociedades capitalistas avançadas: a tendência à hiper-racionalização, que tudo rotiniza e desumaniza; a proliferação de microcomunidades relativamente fechadas de comunicação e ação; e a exacerbação do individualismo e do desenraizamento social. Argumenta-se que estes fenômenos contemporâneos, assim como outros tantos, da mesma natureza, inevitavelmente influenciam qualquer possibilidade concreta ou eventual resultado, no que diz respeito à chamada responsabilidade social empresarial.

Palavras-chave: responsabilidade social das empresas; ensino e pesquisa em Administração; perspectivas críticas.

Abstract

This essay is intended primarily as a theoretical reflection on corporate social responsibility (CSR) and has three main objectives. Firstly, to discuss the production of CSR discourses from a critical perspective, seeing these discourses as a *locus* of political struggle where, under the name of an apparently common cause, conflicting forces and actors may actually fight for very different or even opposing goals. Secondly, to analyze the current state of CSR education and research in Brazil by identifying the main approaches adopted by practitioners in the field, as well as their most common references and methods, in order to verify how challenging or validating of the *status quo* these practices are. Finally, in order to illustrate the kind of systemic approach that appears to be generally absent from CSR teaching and research, the essay discusses three structural and structuring characteristics of advanced capitalist societies: their strong tendency towards hyper-rationalization, which routinizes and dehumanizes everything; the proliferation of relatively closed micro-communities of communication and action; and the intensification of individualism and social rootlessness. It is argued that these contemporary phenomena – alongside many similar ones – inevitably end up having a strong influence on the concrete possibilities or eventual outcomes regarding any so-called corporate social responsibility.

Key words: corporate social responsibility; management education and research; critical perspectives.

Introdução

O surgimento, a difusão e a relativa ubiquidade do conceito de responsabilidade social empresarial (RSE), nos tempos atuais, suscitam sem dúvida inúmeras questões importantes, nos mais diversos planos; mas são aquelas relacionadas especificamente à sua transmissão formal, por meio do ensino superior, enquanto ideia-força, cujo objetivo declarado é orientar determinadas práticas, que fornecem o fio condutor deste trabalho.

Meus objetivos aqui são, em primeiro lugar, oferecer uma leitura crítica da noção de responsabilidade social empresarial, compreendendo-a como esquema unificador (e simplificador) dos múltiplos embates que contrapõem as forças do capitalismo corporativo àquelas da sociedade civil contemporânea; ou, dito de outro modo, argumentar que o conceito de RSE tem sido usado **primordialmente** como expressão taquigráfica, abreviação despolitizada, para designar a vasta gama de conflitos inerentes às relações produtivas capitalistas com os quais se deparam, e aos quais devem responder as empresas nos dias de hoje.

Em segundo lugar, gostaria de assinalar certas tendências e pressupostos que têm guiado a escolha dos conteúdos curriculares e da pesquisa acadêmica, associados a esta temática relativamente nova, a qual, tendo emergido inicialmente como resultado de lutas, demandas e debates públicos em frentes variadas, vem sendo gradualmente incorporada aos cursos de graduação de Administração no Brasil, e a um grande número de programas de formação *lato e stricto sensu*, sobretudo na área de negócios, ao longo dos últimos 20 anos. Nesse sentido, concluo que, tanto no ensino quanto na pesquisa sobre RSE realizados no país, o que se constata é o predomínio de perspectivas instrumentais, voluntaristas, sobretudo de inspiração norte-americana, que enfatizam a conquista de objetivos organizacionais e sociais altamente valorizados, tais como o aumento da produtividade, da competitividade e da motivação dos trabalhadores, além de maior desenvolvimento e proteção ambiental, abstraindo porém as questões de poder, controle e exploração presentes na sociedade mais ampla.

Em terceiro lugar, quero sugerir que algumas características estruturais e estruturantes das sociedades capitalistas avançadas, das quais reuni aqui apenas três, sob forma alegórica, para servir de exemplo, deveriam receber consideração mais detida por ocasião dos estudos sobre RSE, embora estejam em geral ausentes das abordagens convencionais. Acredito que, mediante a incorporação destes e de outros elementos, como chaves de leitura auxiliares, seria possível abrir caminhos para uma discussão mais densa e aprofundada do tema, que não o reduza a escolhas e decisões gerenciais de ordem puramente estratégica ou humanitária; mas que, pelo contrário, procure analisar as causas e processos difusos que efetivamente engendram ou favorecem a **irresponsabilidade** empresarial.

O Fenômeno RSE: Breve Pano de Fundo e Apresentação dos Atores

Como consequência das profundas transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e no mundo a partir dos anos 80, e intensificadas durante a década de 90, os papéis que competem às esferas pública e privada e às organizações da sociedade civil têm sido alvo de numerosos questionamentos e redefinições, tanto no cenário local como internacional. Entre os principais fatores responsáveis por essas transformações, destacam-se: a globalização econômica e financeira, de caráter neoliberal, em curso desde então (Harvey, 2005; Held & McGrew, 2007); a reorientação do papel do Estado, como decorrência do item anterior (Diniz, 2009); o agravamento das desigualdades na distribuição de renda e de poder, tanto entre países como no interior deles (Arrighi, Silver, & Brewer, 2003); a urgência assumida pelos problemas relativos ao meio ambiente (Beck, 2008); a maior democratização no acesso à educação e à informação (Burbules & Torres, 2000; Castells, 2007); a crescente importância atribuída às descobertas científicas e inovações tecnológicas

(Shapin, 2008); e, por fim, as novas preocupações, expectativas e reivindicações sociais que, fatalmente, acompanham tais fenômenos.

No caso específico das organizações empresariais, observam-se a disseminação e popularização de um discurso, veiculado por diversos segmentos da sociedade desde meados dos anos 70, no sentido de que elas devem produzir resultados positivos e verificáveis não apenas na esfera econômica, mas ainda nas esferas ambiental e social, tendo em vista que também aí elas agregam ou destroem valor, dado o impacto causado por suas atividades; aliás, este é o tipo de conscientização e de ética promovido pela ideia gerencial de *triple bottom line* (Elkington, 1997). Ao longo desse período, têm aumentado significativamente as pressões para que as firmas se engajem ativamente em questões como, por exemplo, pobreza e desenvolvimento, direitos humanos, combate à corrupção, consumo consciente e preservação dos recursos naturais, entre outras.

Evidentemente, nada disso emergiu por acaso: na medida em que o capitalismo ocidental se firmava e expandia, após a Segunda Guerra Mundial; que a onda de privatizações e a abertura de mercados ocorridas a partir dos anos 80 promoviam uma transferência maciça de ativos do setor público para o setor privado; e que a queda do Muro de Berlim, em 1989, dava origem a uma nova ordem mundial unipolar, consolidando assim a hegemonia norte-americana, as grandes corporações transnacionais (CTNs) passaram a ocupar lugar fundamental nas estruturas de poder globais, e a exercer influência sem precedentes nos rumos da política e do desenvolvimento ao redor do mundo (Korten, 2001; Strange, 1996).

Tal influência vai muito além da simples organização da produção e do trabalho; tampouco se limita a aspectos econômicos, mas faz-se sentir cada vez mais em âmbitos antes reservados a outras instituições da sociedade. Nas últimas décadas, as grandes empresas não só tiveram de adaptar-se às imprevisibilidades e incertezas resultantes das rápidas mudanças econômicas e tecnológicas, mas também, ao fazê-lo, muitos dos princípios e dos métodos que adotaram vieram a converter-se em modelos para outras instâncias do social. Destarte, existem não só práticas, mas também valores que são estimulados ou desencorajados pelo mundo dos negócios, e que acabam impregnando outros aspectos da vida que, até então, costumavam ter pouca relação com ele (López-Ruiz, 2004).

Por isso é possível afirmar que, tal como a Igreja ou o Estado-nação em outras épocas, a corporação transnacional tornou-se hoje a instituição paradigmática do mundo social (Bakan, 2004; López-Ruiz, 2004). Porém, ainda que tenham acabado por impor-se como as principais artífices da sociedade global contemporânea, sua permanente necessidade de expansão dos mercados consumidores significa que, a médio e longo prazo, a sobrevivência das CTNs depende de que sejam superadas as várias formas de regulação e de barreiras comerciais voltadas para a proteção das economias nacionais, motivo pelo qual devem trabalhar continuamente pela construção e manutenção de um **mundo plano** (Friedman, 2007), sem fronteiras, pelo menos no que toca à livre circulação de bens e capitais, embora não de pessoas.

Por outro lado, o bordão neoliberal contemporâneo, ao afirmar que as estruturas burocráticas governamentais primam pela lentidão, rigidez e ineficiência, dá a entender que deva ser transferido para a iniciativa privada certo número de responsabilidades que, tradicionalmente, têm competido à esfera pública, ao mesmo tempo que se insinua uma saudável opção por um Estado-mínimo ágil e competente. O fato é que, no curto espaço de 30 e poucos anos, parece haver-se difundido a tese, segundo a qual a empresa moderna, enquanto instituição social extraordinariamente poderosa e influente, deve não apenas autodisciplinar sua conduta, mas colocar-se formalmente a serviço do bem comum, de modo a remediar as falhas de funcionamento do mercado e o suposto encolhimento do Estado, isto é, deve ser “socialmente responsável”.

Ora, a noção vaga e difusa de responsabilidade social empresarial tem sido alvo de incontáveis definições, embora seja possível identificar alguns componentes genéricos, como pertencentes à maioria delas. Existe razoável concordância, por exemplo, entre os atores que produzem ou reproduzem o discurso dominante sobre RSE, em afirmar que companhias responsáveis são aquelas que vão além de suas obrigações legais e que demonstram no tratamento justo e criterioso de seus

empregados; na relação transparente e ética com clientes, fornecedores, investidores e concorrentes; na minimização dos danos e impactos ambientais que provocam; no apoio às comunidades com as quais interagem; e na promoção do desenvolvimento local e dos direitos humanos (Carroll, 1979, 1999; Carroll & Shabana, 2010; Dahlsrud, 2006). Em suma, a RSE consistiria numa forma de atuação que poderia ser descrita como promotora do bem comum e do interesse público, mas que não é imposta, ou regulada, pelo aparelho estatal.

Por isso mesmo, sob uma perspectiva crítica, o discurso da responsabilidade social empresarial, tal como encampado pelas grandes companhias e estimulado por algumas das mais salientes instituições estrangeiras e nacionais, tem sido acusado de negar ou escamotear a gravidade dos problemas associados aos atuais arranjos da economia política mundial, e de contribuir para a progressiva legitimação e consolidação de um capitalismo corporativo de cunho neoliberal, tendo em vista que advoga o afrouxamento das instâncias regulatórias estatais e a apropriação de diversas questões de interesse público pela iniciativa privada (Doane, 2002; Jones, 1996; Paoli, 2002).

O processo de institucionalização da RSE manifesta-se hoje, em primeiro lugar, no número cada vez maior de empresas que buscam apresentar-se como socialmente responsáveis: seja através de ações sociais de caráter meramente assistencialista, totalmente desvinculadas de suas atividades-fim, seja empenhando-se em adotar uma gestão propriamente estratégica da RSE, atenta ao relacionamento com as partes interessadas e ao cumprimento de normas e padrões de responsabilidade social, reconhecidos internacionalmente. Seja qual for o modelo escolhido, a maioria delas procura sintonizar o discurso por meio do qual divulga suas promessas e realizações, de modo a adequá-lo às expectativas, pressões ou oportunidades presentes no ambiente em que opera.

Enquanto isso, ou precisamente por causa disso, a indústria de produção, difusão e consumo da RSE tornou-se ela mesma um negócio milionário, envolvendo organizações e *think tanks* dos mais variados matizes ideológicos, grupos elaboradores de normas e certificações, empresas de consultoria, editoras, programas universitários, congressos, eventos e premiações. Vem-se construindo, assim, uma grande quantidade de significados, práticas e instrumentos compartilhados de RSE, que não parecem, contudo, encontrar-se consolidados, dependendo ainda, por um lado, de um contínuo trabalho de teorização e de convencimento por parte daqueles a quem este processo interessa e, por outro lado, da absorção e incorporação, em alguma medida, das críticas e exigências expressas por organizações da sociedade civil e por movimentos populares.

Entre os principais interessados em controlar a maneira como se dá a institucionalização do fenômeno e, por conseguinte, a natureza dos discursos que versam sobre ele, estão as próprias CTNs, assim como entidades que as apoiam aberta ou obliquamente: organismos internacionais vinculados às Nações Unidas, tais como o Banco Mundial, PNUD, ONUDI etc; a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE; a Organização Mundial do Comércio, OMC; a Comissão Europeia; também as associações comerciais, os conselhos e comitês patronais, vários institutos de pesquisa e as fundações empresariais, já que a maneira como tendem a apresentar a RSE está estreitamente ligada à promoção do projeto globalizante capitalista, à redução do Estado a um papel subalterno na provisão de bens econômicos e sociais, à comodificação do meio ambiente e do trabalho, e à permanente necessidade de autolegitimação que daí decorre (Kreitlon, 2008).

Em face desse poder difuso e penetrante, os movimentos de resistência por parte de grupos sociais específicos, assim como a ambivalência do público em geral, são cada vez mais difíceis de ser ignorados. Numerosos setores da sociedade civil organizada lutam para fazer valer suas visões (de maneira alguma homogêneas) sobre o que sejam empresas efetivamente responsáveis, julgando bastante insatisfatórios os resultados até agora alcançados por meio das iniciativas meramente voluntárias de autorregulamentação. Multiplicam-se os protestos e outros tipos de ação coletiva contrários à globalização capitalista capitaneada pelas CTNs: são criadas ONGs, realizados boicotes, greves, passeatas e fóruns nacionais e internacionais de resistência (Della Porta & Tarrow, 2005; Munck, 2007).

Esta nova sociedade civil contemporânea tem paulatinamente ocupado os enormes espaços vazios deixados pelos governos desde meados dos anos 80; assim, uma miríade de associações civis autônomas incorporam-se à vida pública, criadas a partir de iniciativas de caráter local ou ainda sob a forma de redes transnacionais de solidariedade, defensoras de agendas variadas, apontando na direção de uma transformação política e social da ordem dominante (Dupas, 2005; Milani & Laniado, 2006).

Na esteira dessas mobilizações, um número considerável de atores independentes e de organizações da sociedade civil colocam-se como tarefa principal dar visibilidade às práticas corporativas tidas como irresponsáveis, atuando de forma investigativa, fazendo uso das modernas técnicas de comunicação para avançar suas demandas nos níveis local, nacional e global, e exigindo maior prestação de contas e controle das atividades empresariais (Corporate Watch, 2006). Ao perceberem-se sob permanente escrutínio, muitas empresas decidem empenhar-se na construção de uma imagem, discurso e prática que lhes permitam conservar níveis aceitáveis de legitimidade, de tal modo que possam dar continuidade aos negócios **como de costume**, e até usar suas credenciais **verdes** ou **sociais** como capital simbólico de utilidade estratégica (Porter & Kramer, 2006).

Não deixa de ser irônico, observa Aktouf (2004), que seja justamente quando já não é mais possível ignorar a destruição humana e ambiental sobre a qual cresce a **instituição produtora de lucros**, quando presidentes-executivos e diretores outorgam a si mesmos salários e dividendos astronômicos por sua exímia capacidade de fabricar desempregados e todo o tipo de externalidades negativas, quando fraudes e escândalos financeiros vêm à tona nos mais respeitáveis centros internacionais do capital – que nesse mesmo momento as empresas venham a proclamar-se verdes, transparentes e cidadãs. Sabendo-se a que ponto a qualidade, a segurança e a produtividade estão subordinadas à rentabilidade financeira de curto prazo, como esperar que as empresas se comportem efetivamente de maneira responsável? Isso requereria um quadro de referência diametralmente oposto ao ideário neoliberal em voga, uma transformação política, em que o Estado reassumisse um papel mais atuante e onde a intervenção de novos atores, especialmente não estatais e multilaterais, organizados em redes de solidariedade ou em instâncias reguladoras transnacionais, viesse de fato ampliar e democratizar as arenas públicas (Aktouf, 2004; Milani & Laniado, 2006).

É, pois, paralelamente à emergência da ortodoxia econômica neoliberal, ao esvaziamento do espaço público estatal, e à multiplicação das iniciativas espontâneas da sociedade civil que se tem assistido, durante os últimos 30 anos, a uma explosão de retórica em torno da ideia de RSE. O fenômeno manifesta-se de maneira mais flagrante nos países industrializados da América do Norte e da Comunidade Europeia, onde se encontra a sede da maioria das empresas que possuem atuação e influência globais, e onde o nível de informação da população é geralmente mais elevado. Trata-se, entretanto, de uma tendência que já pode ser percebida em grande parte dos países capitalistas e democráticos contemporâneos, com particular destaque para o Brasil (Heslin & Ochoa, 2008; Matten & Moon, 2008; Prêmio Ethos-Valor, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006).

Parece existir, portanto, uma correlação bastante estreita, ou pelo menos clara simultaneidade histórica, entre o crescimento dessa manifesta preocupação com a ética e com a responsabilidade das empresas *vis-à-vis* da sociedade e o fato de que as exigências do mercado vieram assumir, durante o mesmo período, o valor de imperativo único e universal. Na verdade, como a crise financeira global de 2007-2008 deixou bastante claro, hoje os Estados limitam-se a governar **para** tais exigências, e não **por causa** delas. Outro detalhe digno de nota é que a RSE se desenvolve como discursividade por volta da mesma época em que os processos de globalização provocam um descolamento entre economia produtiva e economia financeira, isto é, a legitimidade do capitalismo corporativo transnacional passa a ser atacada, entre outras coisas, devido aos catastróficos desinvestimentos que a economia virtual provoca na economia real (Chesnais, 2005). Decorre daí um sem-número de conflitos, nos quais as prioridades do mercado se chocam frontalmente com as prioridades dos indivíduos e comunidades, dando origem às múltiplas formas de resistência acima mencionadas.

A Construção dos Discursos sobre RSE: Versões Dominantes e Dominadas

O conjunto da produção discursiva sobre RSE, de maneira geral, seja aquela gestada nos meios empresariais, acadêmicos, governamentais, midiáticos ou dos movimentos sociais, pode ser considerado como **campo de embate político** que, como vimos, surge em condições históricas particulares, incorpora demandas da sociedade civil, é conquistado pelos agentes econômicos dominantes, adquire pretensões científicas, institucionaliza-se, e finalmente vê sua produção material de discursos, práticas, normas, valores, imagens etc. transbordar as fronteiras do próprio campo e ser absorvida pelo *zeitgeist* da sociedade capitalista contemporânea.

Um campo pode ser definido como **rede de relações objetivas entre posições** (Bourdieu, 2004), rede no interior da qual uma competição permanente tem lugar: trata-se de uma luta pela dominação, onde o que está em disputa são os monopólios da **autoridade** e da **competência**. Como é natural, no interior de qualquer campo, coexistem os mais diversos grupos de atores, individuais e coletivos, agentes ou instituições, cujos interesses e predisposições (ou seja, as escolhas que estão inclinados a realizar) refletem não apenas sua posição dominante ou dominada no campo, mas também sua maior aproximação ou distanciamento do discurso que é hegemônico nesse espaço; isto quer dizer que as estratégias discursivas desses atores, seja de controle, aquiescência, manipulação ou resistência, tendem a ser determinadas pela posição que eles aí ocupam (Bourdieu, 2004). Sendo assim, a construção da temática RSE, enquanto campo, reflete, necessariamente, a situação desigual de poder existente entre os atores em luta no seu interior, e irá traduzir-se em práticas discursivas nitidamente diferenciadas, as quais trazem as marcas dos interesses, das possibilidades e das limitações inerentes às posições ocupadas por esses atores.

De acordo com essa lógica, é possível perceber – quer nos relatórios socioambientais corporativos, quer nos cursos das escolas de negócios, quer nos projetos propostos por ONGs ou nas reivindicações populares – que a construção do discurso sobre RSE é fenômeno híbrido e multifacetado, nascido não apenas no bojo de uma racionalidade neoliberal avessa à intervenção do Estado (a qual, para avançar nos seus propósitos, tem encampado a causa), mas que surge também como consequência da dispersão das instâncias tradicionais de poder, evidenciada no que se chama hoje de governança; da crise da gestão pública tradicional e dos mandatos de autoridade; e da concomitante mobilização e fortalecimento de uma **sociedade civil propositiva** (Dagnino, 2002). Isso explica por que a RSE se tornou, no Brasil em particular, uma bandeira levantada com igual fervor, tanto pelas grandes corporações transnacionais como pelo governo federal e por associações obscuras de comunidades desfavorecidas. Será possível que estejam todos falando a mesma língua?

Cabe lembrar aqui algo que já foi objeto de estudo de vários autores nas ciências sociais e em outras disciplinas afins, tais como a análise do discurso e a psicanálise, que é a constituição social e cultural de certas palavras enquanto **significantes vazios**, a maneira como podem ser propositadamente embaralhadas, ter seus sinais trocados, mas continuar a ser empregadas como equivalentes, e a astúcia com que certos conceitos são muitas vezes apropriados por ideologias antagônicas daquelas que lhes deram origem (Arantes, 2004; Bourdieu & Wacquant, 2000; Fairclough, 2005). Deste modo, também o discurso sobre RSE mescla e confunde, em diversos níveis, tanto as vozes dos poderes que buscam conservar sua própria hegemonia, como as bem-intencionadas vozes, genuínas ou cooptadas, que incorporam e inadvertidamente replicam a lógica do sistema, além das vozes dos contrapoderes radicais que a ele resistem.

Partindo do pressuposto de que todo o discurso interpreta aspectos do mundo de maneiras que são inerentemente seletivas e redutoras, traduzindo e condensando realidades complexas (Harvey, 1996 como citado em Fairclough, 2005, p. 920), é preciso que nos perguntemos: por que esta seleção e redução em particular, por que aqui, por que agora? Afinal, os discursos não emergem ou são recontextualizados de forma aleatória em determinado campo ou organização; tampouco existem em relação arbitrária com as estruturas e práticas sociais do seu entorno. Quando situamos os discursos nos contextos de luta – por hegemonia, por subversão do *statu quo*, por ganhos de capital social e

simbólico - dos quais fazem parte, é possível identificar a conexão entre certas representações específicas do mundo, por um lado, e interesses e relações de poder também específicos, por outro lado (Fairclough, 2005).

Dado o campo de embate político entre atores variados, que é a produção de discursos sobre RSE, como se têm se situado nesta arena as vozes dos meios acadêmicos brasileiros? Com que frequência e em que nichos da educação superior este tema tem sido difundido, e quais são as principais tendências teóricas e práticas que aí se manifestam? Até que ponto os vieses escolhidos tendem, ou não, a reproduzir e fortalecer a posição dos atores dominantes no campo? É o que veremos a seguir, ao discutir alguns produtos materiais, como cursos, programas, pesquisas e eventos, dessa construção discursiva.

Afinidades eletivas do discurso sobre RSE no meio acadêmico brasileiro

As transformações sociais ocorridas no último quarto de século, em particular aquelas que resultaram em importantes reconfigurações nas relações entre Estado, mercado e sociedade, deram origem a uma vasta gama de problemas, exigências e preocupações que acabaram por traduzir-se, entre outras coisas, na construção gradual de nova área de estudo acadêmico. Os conteúdos teóricos relativos à ética nos negócios e à RSE emergiram, em grande medida, como tentativa de sistematizar e operacionalizar **a gestão dos conflitos** entre empresas e sociedade, despolitizando-os e tomando como ponto de partida um declarado compromisso com a ética e com os interesses de outros atores (ou *stakeholders*) que não apenas aqueles representantes do capital financeiro e acionário (De George, 2005).

No Brasil, esta disciplina, quando existe como tal, e não só como tema curricular transversal, passou a ser inserida na grade dos cursos de graduação em Administração, a partir de meados dos anos 90, como matéria eletiva e, de 2004 em diante, como parte da chamada Formação Complementar. Também os cursos de pós-graduação na área de gestão, como extensões, especializações, mestrados e doutorados, passaram a oferecer módulos ou disciplinas para tratar de assuntos relacionados à RSE, termo guarda-chuva geralmente entendido em sentido bastante amplo: ética empresarial, ética profissional, sustentabilidade, governança corporativa e gestão socioambiental são alguns dos enfoques adotados.

Ao analisarem as ementas das disciplinas que fazem menção explícita da RSE, para averiguar como a temática tende a ser abordada pelos cursos, Miranda, Silva, Simon e Veraszto (2007, p. 40) encontraram os seguintes objetivos:

despertar no estudante a preocupação com a RSE, capacitando-o para uma gestão fundamentada na integridade e em valores éticos, ambientais e filantrópicos; promover uma abordagem sobre o papel do Estado, das organizações de mercado e das organizações do terceiro setor, com vistas ao crescimento e desenvolvimento sustentável das sociedades contemporâneas.

Chama a atenção, entre os objetivos centrais destilados dessas ementas pelos autores, a eterna e inevitável vinculação da RSE à filantropia; a redução da sociedade civil à categoria indiferenciada de **terceiro setor**, reunindo assim segmentos com identidades totalmente diversas, tais como as entidades filantrópicas, os institutos empresariais, as ONGs e os movimentos sociais; e a intenção sabidamente contraditória de instilar **valores ambientais** ao mesmo tempo que se promove o desenvolvimento como sendo crescimento econômico; considerando que, dada a atual crise ecológica, a noção de **desenvolvimento sustentável** se tem revelado apenas como mais um significante vazio.

Os autores destacam ainda que, embora as ementas de algumas disciplinas correlatas não façam referência direta à RSE, enfatizam tópicos tais como: ética e sociedade; ética e cidadania; dilemas e impasses éticos; códigos de conduta do administrador; principais doutrinas filosóficas e éticas. Concluem então que, apesar do “vínculo tradicionalmente reconhecido como filantropia entre a empresa e a sociedade, e como gestão de negócios nos últimos anos”, os currículos de Administração

brasileiros não têm contemplado a RSE “de acordo com as demandas do mercado” (Miranda, Silva, Simon, & Veraszto, 2007, p. 41).

O que se pode deduzir, portanto, é que análises sobre a evolução e expansão do capitalismo ao longo dos últimos 200 anos são, via de regra, raras ou de todo ausentes nessas disciplinas. Como assinala Parker (2002), ausentes também estão os autores de viés mais crítico, seja de inspiração marxista, frankfurtiana, pós-estruturalista, feminista ou ambientalista. Enquanto Aristóteles, Kant e Stuart Mill são frequentemente invocados como suporte teórico no terreno da ética empresarial, Marx, Polanyi e Foucault tendem a repousar em seus túmulos sem serem perturbados. Debates em torno de questões como o poder, a justiça, a política, o Estado, a lei, a democracia, os limites ao crescimento e os direitos humanos tampouco parecem ocupar muito espaço nas aulas dedicadas às relações entre empresas e sociedade (Parker, 2002).

No que diz respeito à metodologia de ensino, são bastante usados os estudos de caso, tão típicos dos livros e manuais de Administração: apresentam-se personagens, relatam-se os fatos e pede-se uma decisão: **O que você faria? Justifique sua escolha.** Como bem salienta Parker (2002), não é de surpreender que o enfoque escolhido seja particular e individualista, dado o silêncio e o vazio que pairam sobre aquilo que chamamos de **política**. Ignoram-se os limites, as restrições e as imposições colocados pelo sistema social mais amplo, e pede-se aos estudantes que se entreguem a conjecturas intelectuais pessoais e descontextualizadas. Confirma-se, assim, a inclinação dos cursos de Administração brasileiros para configurarem-se como espaços geralmente voltados para a simples transferência de “tecnologias de gestão” (principalmente norte-americanas), marcados por uma filosofia educacional conservadora, instrumental, mecanicista e pouco permeável ao mundo externo (Nicolini, 2003).

No que toca à pesquisa acadêmica, o volume de publicações que se têm dedicado à responsabilidade social das empresas é digno de nota. Tendo em vista as fronteiras bastante fluidas dessa temática, existem diversas linhas de pesquisa, enfocando diferentes dimensões da RSE. No Brasil, as principais áreas de concentração costumam ser: (a) a ética empresarial; (b) a gestão de *stakeholders*; (c) a sustentabilidade; e (d) a cidadania corporativa (Freire, Santos, Souza, & Rossetto, 2008).

A pesquisa que se realiza parece espelhar, portanto, as prioridades da sala de aula, e vice-versa: as abordagens predominantes do assunto remetem, antes de mais nada, à ética **individual** – dos indivíduos no exercício de suas funções, dos gerentes aos quais cabem as tomadas de decisão, e das organizações transformadas em agentes morais. Logo a seguir, em segundo lugar, a abordagem instrumental (gestão das partes interessadas) vem confirmar que, mesmo as mais nobres intenções e os melhores propósitos emancipatórios, podem ser domesticados pelo gerencialismo moderno e colocados a serviço do capitalismo global: a ética torna-se simplesmente mais um elemento a ser encaixado na estratégia corporativa (Parker, 2002).

A pesquisa de Freire, Santos, Souza e Rossetto (2008) identifica 309 artigos publicados no Brasil, entre 1968 e 2008, que abordam algum aspecto da RSE. Se nos anos 60 eles representavam apenas 0,3% desse total, e 3,6% nos anos 90, nos anos 2000 passaram a indicar 91,3% do total, o que demonstra enorme salto quantitativo. Entre 2000 e 2007, o tema alcançou 282 publicações, em periódicos e eventos variados, inclusive da área de engenharia, ciências sociais e economia. Se considerarmos apenas os artigos apresentados em todos os eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), entre 2000 e 2006, que continham o termo **responsabilidade social** no título ou no resumo, o total chega a 160 (Rangel, 2007). Em particular, o número de artigos apresentados no Enanpad, encontro anual da ANPAD, tratando de temas ligados à RSE, sustentabilidade organizacional, gestão ambiental, ação social empresarial e afins cresceu a ponto de, em 2003, ter sido criada nova área para reunir esses trabalhos: a área de Gestão Social e Ambiental.

Entretanto, estudos como o de Moretti e Campanario (2009) apontam uma cristalização da pesquisa em torno das práticas e do investimento corporativo em ações sociais, havendo poucas

reflexão conceitual sobre o fenômeno da RSE em si. Ao analisarem a literatura mencionada, os autores verificaram que a responsabilidade social costuma ser associada a fatores ligados à imagem e à visibilidade das organizações. Tanto a academia como as próprias empresas e a mídia tendem a enfatizar essa visão instrumental da RSE, defendida como maneira de melhorar a reputação e assim ganhar **vantagem competitiva**. Além disso, os resultados de Moretti e Campanario (2009) também revelam a institucionalização de um grupo restrito de autores e de artigos, tanto nacionais como internacionais, nessa área de pesquisas, havendo uma concentração exagerada de citações em torno de um número reduzido de obras. A busca, pela maior parte dos autores brasileiros estudados, de referencial teórico dentro daquilo que Moretti e Campanario (2009, p. 70) chamam de “zona de conforto”, demonstra que o discurso da RSE tem forte componente reprodutor, o que parece indicar uma acomodação que inibe novos pontos de vista ou contribuições heterodoxas para o campo.

Concluindo, é muito difícil encontrar, nos meios acadêmicos brasileiros, produções discursivas sobre a ética nos negócios, ou mais especificamente sobre a RSE, que ultrapassem a concepção moderna do indivíduo (ou organização) **racional e soberano**, empenhado em efetuar escolhas lúcidas, planejadas, e em tomar decisões em situações de incerteza de ordem variada, porém supostamente passíveis de controle, cálculo e quantificação. Muito raramente têm lugar, neste campo, análises mais estruturais, onde seja de fato introduzida a dimensão política e social das questões e sejam propostas compreensões alternativas dos mercados.

Ensinando sobre RSE: Caminhos Alternativos, Rotas Complementares

Que a maioria das pesquisas e do ensino conduzidos no Brasil sobre RSE evitem abordagens críticas não chega exatamente a causar surpresa: nisso não fazem senão repetir a forte tendência ao funcionalismo tecnicista, em vigor no campo de estudos, onde geralmente estão inseridos, que é o da Administração (Davel & Alcadipani, 2003; Paes de Paula, Maranhão, Barreto, & Klechen, 2010). Como já foi discutido e demonstrado por autores cujos posicionamentos teóricos desafiam o *mainstream* nos estudos organizacionais, os saberes administrativos são marcados por um profundo viés instrumental, gerencialista, devotado à melhoria **científica** da atividade produtiva humana e do desempenho organizacional; questões relativas à eficiência e eficácia são aí consideradas essenciais, e os arranjos institucionais hegemônicos são tidos como dados, ao invés de como produtos resultantes de lutas e processos anteriores, e portanto passíveis de combate e superação (Alvesson & Willmott, 2003).

Caminhando em direção contrária a esse paradigma, as perspectivas críticas em Administração possuem propósito emancipatório; por isso insistem na natureza política de toda e qualquer produção de conhecimento, mesmo as que se pretendem puramente científicas ou tecnológicas, ressaltando as relações de poder e dominação subjacentes à maioria dos discursos e das práticas sociais, inclusive no campo das organizações. Consequentemente, a tomada de uma perspectiva crítica sobre a RSE implica analisar o tema de forma **radical**, isto é, recuperando e tornando explícitas as raízes políticas e ideológicas que lhe dão tanto origem como suporte. Implica sobretudo considerá-lo de maneira dialética e sistêmica, indo além dos muros da organização e de suas ditas **partes interessadas** (Donaldson & Preston, 1995), localizando-o no contexto mais amplo das estruturas e arranjos institucionais que possibilitam e condicionam a ação empresarial, tais como o industrialismo, o capitalismo, o antropocentrismo, o patriarcalismo e o neoimperialismo, entre outros fenômenos sociais estruturais e estruturantes (Adler, Forbes, & Willmott, 2007).

Eis por que, como rota alternativa ou, pelo menos, complementar àquela que tem sido adotada no ensino convencional sobre RSE, onde são citados à exaustão os autores da **zona de conforto** (Carroll, Freeman, Porter etc.), onde o mesmo conjunto de conceitos já consagrados é repetido como um mantra (*stakeholder*, sustentabilidade, cidadania corporativa, ação social, *accountability*), e onde se destrincham estudos de caso que não fazem senão reforçar a abordagem particularística de algo que,

mecânico e mais problematizante, acredito que seria necessário introduzir nos programas das disciplinas que abordam esta temática, e outras afins, certo número de questões de fundo que, geralmente, estão ausentes das discussões.

É preciso debater questões que iluminem, de maneira crítica, o **macrocontexto global**, dentro do qual existem e operam hoje tanto os indivíduos como as organizações. Muito mais do que aprender a elencar as normas, padrões e certificações existentes para o controle da RSE ou da gestão ambiental; mais do que analisar projetos corporativos que prometem **ajudar a salvar o planeta** ou **promover a diversidade no local de trabalho**; e muito mais do que saber montar ou avaliar projetos de relacionamento empresa-comunidade, por exemplo, importa que os estudantes compreendam as estruturas, forças e tendências, de ordem política, econômica, social, ambiental ou cultural, que efetivamente moldam o *ethos* e o funcionamento do mundo capitalista contemporâneo. Uma educação **bancária** (que meramente deposita conteúdos, segundo o epíteto de Paulo Freire), e não-problematizante, aliena o aluno do próprio processo de aprendizagem, impossibilita que ele se localize no fenômeno estudado e impede-o de investigar novas visões de mundo, que talvez falem mais de perto à sua realidade. O enfoque de questões sociais complexas, como se fossem tópicos compartimentalizados, independentes entre si e de interesse puramente instrumental, procedimento tão comum nos cursos de Administração, ao invés de contribuir para a emancipação daquele que as estuda, condena-o a apenas reproduzir, ingenua e indefinidamente, o *statu quo* (Nicolini, 2003).

Para ilustrar o tipo de visão sistêmica que me parece crucial no estudo de questões relativas à ética e à responsabilidade social das e nas organizações, destaco a seguir três características fundamentais das sociedades capitalistas avançadas, entre vários outros exemplos possíveis, tais como os já mencionados acima: industrialismo, antropocentrismo, patriarcalismo etc., cuja discussão e análise poderiam contribuir para uma compreensão mais esclarecida do terreno em que se dá o jogo entre empresas e sociedade.

Ao reunir esta pequena coletânea de forças, ou fenômenos, tão determinantes do **espírito do tempo** atual, inspirei-me um pouco nos bestiários medievais. Os bestiários eram catálogos manuscritos, contendo descrições, geralmente curtas e ilustradas, sobre diversos tipos de animais, tanto reais como imaginários. Reuniam informações sobre pássaros, peixes e monstros, tais como seu aspecto, onde viviam e o tipo de relação que tinham com a natureza, e esta descrição servia então de base alegórica para alguma lição moralizante. Mesclando textos de história natural, bíblicos e mitológicos, o bestiário não era nem manual de zoologia nem texto religioso, **mas uma descrição do mundo tal como era conhecido na época**. Além de terem fornecido inspiração para alguns escritores contemporâneos, como Jorge Luis Borges e Julio Cortázar, bestiários ainda são compilados hoje em dia por criadores de *video games* ou de jogos de *role-playing*, para servirem de referência aos jogadores, já que listam os tipos de inimigos a serem enfrentados e seus poderes extraordinários.

Pequeno bestiário contemporâneo: a McMoral

Em seu livro **A McDonaldização da sociedade**, Ritzer (2008) expande e atualiza alguns elementos centrais da obra de Weber, ao analisar o impacto que certas transformações sociais e estruturais exercem na identidade e nos modos de interação humana nos dias de hoje. Partindo da pessimista visão weberiana da **gaiola de ferro**, segundo a qual as sociedades modernas estariam sofrendo crescente processo de racionalização, cujos efeitos colaterais seriam a rotinização mecânica e desumanizante, Ritzer utiliza o modo de funcionamento das redes de restaurantes McDonald's como metáfora para algumas características da sociedade norte-americana contemporânea e, por extensão, de acordo com o argumento que globalização é igual a americanização, também de outras sociedades capitalistas mundo afora.

O autor considera que, atualmente, as redes de *fast food*, das quais o McDonald's é o exemplo por excelência, constituem um modelo bem mais exato dos processos de racionalização, tendo assumido o lugar paradigmático que, nos tempos de Weber, era ocupado pela burocracia. A **McDonaldização da sociedade** refere-se, então, às dinâmicas pelas quais a lógica de funcionamento

dos restaurantes de *fast food* passa a dominar setores sempre mais numerosos da sociedade norte-americana e global, fazendo avançar a racionalização na esfera das relações cotidianas e da própria identidade pessoal.

Ritzer (2008) identifica quatro princípios básicos das empresas de *fast food* e ressaltava como eles estariam moldando também a vida das pessoas: (a) a **eficiência**: implica escolher o melhor meio para atingir determinado fim, ou como obter resultados mais rápidos com o menor dispêndio possível de recursos e de esforço; (b) a **calculabilidade**: ênfase em medidas quantificáveis, em coisas que possam ser contadas, uma vez que a qualidade é um atributo subjetivo e, como tal, sabidamente difícil de ser avaliada; adotam-se então medidas numéricas, quantitativas, para servir como indicador e substituto das qualidades desejadas; (c) a **previsibilidade**: padronização de produtos e atividades, de tal maneira que seja eliminada a necessidade de pensamento reflexivo; o ambiente é planejado de modo a evitar que a irrupção do diverso ou do inesperado venha surpreender subitamente as sensibilidades modernas; e (d) o **controle**: os sistemas racionais são projetados para oferecer controle, de várias maneiras e em áreas diversas, mas particularmente sobre as incertezas da vida e na imprevisibilidade humana.

Contudo Ritzer (2008) argumenta que, tal como ocorre com a burocracia no modelo weberiano, a McDonaldização da sociedade também põe a nu a **irracionalidade da racionalidade**: os sistemas de organização social, originalmente criados para serem úteis aos indivíduos, podem acabar por aprisioná-los em padrões fixos de comportamento, corroendo ou anulando seu sentimento de autonomia e de agência, enquanto atores sociais, transformando-os em meras engrenagens na máquina da cultura racionalizada, levando ao desaparecimento de muitas das tradições, dos valores e da capacidade de reflexão que dão significado à existência humana.

Fazendo uma ponte com o assunto que aqui nos interessa, isso significa, por um lado, que há consideráveis riscos e desvantagens - de desumanização, de mecanicidade, de padronização, de autoritarismo, de irracionalidade - embutidos na hiper-racionalização que parece ter-se tornado o destino inescapável da modernidade tardia, e que encontra sua mais perfeita tradução no universo organizacional da empresa privada. Por outro lado, significa também que quando as CTNs, assim como as pequenas e médias empresas às quais elas servem de parâmetro e ideal, inserem a responsabilidade social em seu planejamento estratégico e, por conseguinte, no rol de suas atividades funcionais - devendo como tal ser planejada, orçada, implementada, monitorada e avaliada - estão necessariamente dando início a um processo de **McDonaldização** da moral corporativa, no qual os fins dificilmente incluirão mudanças revolucionárias, como um convite ao aumento da intervenção estatal ou abandono do gerencialismo capitalista, mas onde todas as pressões relativas à **eficiência, calculabilidade, previsibilidade e controle** de cada iniciativa (programa, projeto, certificação, patrocínio, relatório etc.) irão impor-se fatalmente e com máxima prioridade.

Tão intensas e inescapáveis são essas pressões, com suas políticas, metas, prazos e orçamentos, que cedo o ideal de RSE, tão apregoado pelas firmas e usado como insígnia na lapela, passa a ser tratado como mais um produto, igual a outro qualquer: transforma-se numa McMorale que deve imperativamente ser montada, processada, mensurada, divulgada, vendida e multiplicada, nacional e internacionalmente, intra e interorganizações, até chegar-se ao ponto em que, consideradas em conjunto, a profusão de McMorais empresariais torna-as indistinguíveis entre si, e todas igualmente vazias de significado.

Pequeno besteiário contemporâneo: a cidadania *wireless*

Conforme argumentei anteriormente, os sentidos dominantes do conceito de RSE na atualidade pertencem à mesma categoria daquilo que Oliveira (1999) chamou de **totalitarismo neoliberal**, isto é, aquelas teorias e práticas políticas que preconizam a privatização da esfera pública, a destituição da fala dos sujeitos e a anulação da política. O neoliberalismo impõe-se, em grandes e pequenas doses (via Consenso de Washington, Fórum Econômico Mundial, financeirização da economia, ascensão de governos conservadores, bombardeios midiáticos e formulações professorais) como a ideologia

hegemônica que apregoa a prevalência exclusiva do mercado enquanto instituição autorreguladora tanto da alocação dos recursos econômicos como das relações sociais e da sociabilidade. Este processo dá-se por meio de uma desvalorização de tudo aquilo que é público, e pela emergência de um pensamento e de um estar-no-mundo que se deslocam, ao extremo, do público para o privado, do coletivo para o individual, da solidariedade para a competição (Oliveira, 1999).

Esta absolutização do mercado desemboca em forte privatização, no sentido arendtiano da palavra: os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à solidão e à insegurança que brotam exatamente da privação do espaço público, espaço por excelência do dissenso e da alteridade. Afinal, é a esfera política que possibilita uma suspensão do Estado hobbesiano, e a sua dissolução significa um retorno aos conflitos mais primitivos, nos quais o objetivo principal é simplesmente eliminar o inimigo ou o concorrente (Oliveira, 2006).

Entretanto o Estado afigura-se cada vez mais dispensável nos dias de hoje, já que o mercado se encarrega de tudo. É deste modo que se constrói o **homem privado** contemporâneo (tão bem tipificado pela **Você S/A** das bancas de revista), base material, social e psicológica sobre a qual se estriba o neoliberalismo. No que tange à cultura da liberdade, a posição da maioria das pessoas é ambivalente: a liberdade política pouco significa, mas a liberdade de consumo é tudo, e a diferença entre ambas é camuflada pelo espetáculo dos dez ou quinze tipos de manteiga ou de pizza entre os quais podemos escolher (Beck, 2003). Graças à disseminação da ideologia do consumismo, a liberdade, em tempos neoliberais, torna-se meramente liberdade de empreender, de ir e vir e de comprar, abrindo-se assim as comportas para todos os tipos de liberdades negativas: criminalidade, exploração, violência, anomia (Harvey, 2005; Oliveira, 2006).

Dentro desta lógica de ultramaximização das liberdades individuais, se cidadania deve haver, o cidadão, seja ele físico ou corporativo, espera que ela seja *wireless*, livre do encombros de cordões morais, legais ou contratuais que pretendam vincular o indivíduo às inevitáveis restrições e obrigações impostas pela vida em comunidade. Uma cidadania *wireless* que permita ao individualismo soberano descartar a fixidez dos compromissos permanentes, desembaraçando-o, sem culpa, de quaisquer entraves aos seus interesses mais imediatos. Aqui não seria possível deixar de fazer referência ao ataque das tropas norte-americanas ao esconderijo de Osama Bin Laden, no Paquistão, em maio de 2011, e que culminou com o assassinato do líder terrorista, sem que houvesse sido previamente informado ou consultado o governo paquistanês: prova de que a declarada **cidadania global** dos Estados hegemônicos também se exerce de forma crescentemente individualista, guiada por interesses particulares, indiferente às normas da comunidade internacional. O mesmo vale para as empresas: a tal **cidadania corporativa** só tem utilidade na medida em que – sendo *wireless* – lhes facilite as tão desejadas mobilidade e expansão globais.

Ora, é sobretudo nos países em desenvolvimento que esta cidadania *wireless* das CTNs se exerce de maneira particularmente desabrida e incontestada, seja por causa da fragilidade das instituições locais e dos dispositivos legais de regulamentação, seja porque os governos desses países julgam precisar de investimentos, custe o que custar, ou seja devido à limitada conscientização e mobilização por parte da sociedade civil para contrapor-se a eventuais abusos. A economia global contemporânea criou uma dinâmica perversa na qual a competição entre localidades tornou-se tão acirrada quanto aquela entre empresas; nessa disputa, à qual muitos se referem como *race to the bottom*, os municípios, estados ou países rotineiramente oferecem incentivos fiscais, regulamentações ambientais mais brandas e uma força de trabalho mais dócil como forma de atrair a instalação de unidades produtivas em seus territórios. Tempos mais tarde, depois que o governo já efetuou gastos consideráveis na provisão de uma infraestrutura adequada: fornecimento de energia, sistemas de água e esgoto, estradas, portos para escoamento da produção, capacitação de mão-de-obra, etc.; a companhia convidada, muitas vezes, decide que algum outro lugar do planeta é capaz de oferecer-lhe condições mais vantajosas e muda-se de novo, deixando para trás um poder público endividado, centenas ou milhares de desempregados, resíduos tóxicos no solo ou nas reservas hídricas, e uma comunidade desiludida (Aktouf, 2004; Bakan, 2004).

Pequeno bestiário contemporâneo: a iPolítica

Na opinião de diversos autores, as novas tecnologias de comunicação pessoal móveis (telefones celulares, *tablets*, tocadores de MP3, etc.) estão transformando não apenas a intimidade da vida cotidiana, mas também o processo político e a democracia (Katz, 2008). Se até duas décadas atrás as pessoas dispunham de acesso à informação, mas suas oportunidades de participar na formação da opinião pública eram relativamente limitadas, hoje, fazendo uso dessas tecnologias, qualquer um pode, em princípio, organizar protestos, *flash mobs*, documentar catástrofes ou revoluções em tempo real.

Além disso, na medida em que esses artefatos possibilitam a seus usuários “emancipar-se de ambientes locais” (Geser, 2005, p. 238), os conceitos de espaço ou de território deixam de ser fisicamente definidos e adquirem um sentido eminentemente relacional: o espaço não existe mais como algo exterior, que está sempre ali, independente dos processos que o definem; ele passa a ser o onde, quando e como a ação/interação ocorrem. Onde está alguém que, munido de um *notebook* em Mumbai, intervém em tempo real sobre o mercado de ações de Nova Iorque? Sobre que território se movem os que usam seus *smartphones* para fazer circular globalmente vídeos e relatos sobre o levante no mundo árabe, contribuindo assim para a expansão do movimento?

Devido a situações como essas, e muitas outras igualmente ambíguas e intrigantes, as tecnologias de comunicação pessoal móveis têm sido alvo de um debate no qual, por um lado, se aponta seu potencial para fomentar o isolamento de seus proprietários numa bolha de individualidade radical, favorecendo um processo de atomização social e de erosão da vida pública, já que lhes permite “desligar do mundo quando e como desejam, o que pode torná-los mais introvertidos, e menos tolerantes com outras pessoas e com a sociedade em geral” (Gay, Hall, Janes, Mackay, & Negus, 1997, p. 89). Por outro lado, há quem prefira enfatizar as inúmeras possibilidades que se abrem graças a essas ferramentas, capazes de conectar os indivíduos a uma coletividade muito mais ampla do que a local. O compartilhamento de informação, ideias, sentimentos, imagens, sons, estilos de vida e identidades seria, de acordo com esse ponto de vista, a palavra de ordem do que chamarei aqui de **iPolítica** moderna, e sua força residiria na facilidade com que qualquer pessoa pode compor colagens do social, do abstrato, do simbólico e do imaterial, carregá-las consigo, distribuí-las e receber outro tanto.

Entretanto isso não anula o risco de que a sociedade civil esteja sendo lentamente substituída por pequenos *clusters* de comunicação que, cada vez mais, assumem o papel antes desempenhado pelos intercâmbios face a face realizados em lugares públicos. A comunicação política, em particular, pode estar transferindo-se da sociedade civil para esses **aglomerados monádicos**: ao invés de participar da vida em sociedade, os indivíduos podem atravessar os dias essencialmente alheios àqueles que os rodeiam, apelando para seu círculo restrito de amigos em caso de necessidade, concentrando-se apenas em microrrelações e questões existenciais imediatas, em detrimento das preocupações de ordem cívica (Gergen, 2008, p. 301). Esta seria a face sombria da iPolítica: uma pulverização da coletividade, como consequência do ensimesmamento narcísico e da formação de “tribos de iguais” em circuitos fechados de comunicação.

Segundo Gergen (2008), duas trajetórias principais tornam-se possíveis nesse cenário, no que toca à participação política. Em primeiro lugar, podem ocorrer **distanciamento e desinteresse político**, já que, em muitas dessas mônadas, os assuntos dominantes têm a ver apenas com a vida imediata dos participantes e o que ocorre fora do grupo tem importância reduzida, a não ser que os afete diretamente. Uma segunda trajetória possível é o **rompimento dialógico**: mesmo naqueles grupos onde o engajamento político é intenso, e onde os membros trocam informações e opiniões acerca de questões de interesse público, instala-se frequentemente a tendência à afirmação mútua e circular de determinados pontos de vista, o que estimula a resistência a interferências externas e a ideias contrárias: a deliberação democrática é substituída pela tendência ao consenso. Os que não fazem parte do grupo são desconsiderados ou vistos com desdém; assim, os fluxos de comunicação política, tão essenciais para a democracia, são interrompidos: o diálogo entre grupos cede lugar ao monólogo intragrupal (Gergen, 2008).

Até que ponto não é possível estabelecer uma analogia entre estes processos, característicos da iPolítica, e aqueles resultantes da crescente absorção dos espaços de deliberação democrática pelas empresas? Porque, neste caso como naquele, inúmeras questões, antes consideradas de interesse público, são hoje recortadas, redefinidas segundo categorias temáticas, e apropriadas por grupos fechados que demonstram forte inclinação para as certezas e a autossuficiência que a fragmentação da realidade social traz consigo, quando feita assim de forma arbitrária, sob medida. Deste modo, no Brasil, as empresas do setor industrial tornam-se **comunidades** identificáveis sobretudo por sua associação com as questões ambientais; as empresas de comércio e de serviços manifestam-se mais assiduamente com **conteúdos** ligados aos direitos do consumidor, à educação dos jovens, aos esportes, à cultura e ao engajamento com comunidades carentes locais, e assim por diante. A depender de seu porte, do setor ou segmento econômico ao qual pertencem, da estrutura de seu capital acionário ou das pressões específicas a que estão sujeitas, as empresas passam a efetuar escolhas e tomar decisões no campo das políticas sociais: transformadas, elas também, em *clusters* monádicos de comunicação, as firmas tornam-se instrumentos poderosos na criação e na manutenção de realidades, lógicas e valores bastante circunscritos, típicos da iPolítica.

Conclusões

Procurei ressaltar, ao longo deste artigo, alguns dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ideológicos que fornecem enquadramento para os atuais discursos de responsabilidade social das empresas. Orientei-me, nesse intento, por uma perspectiva crítica, contrária ao projeto capitalista neoliberal contemporâneo (que se assenta na conquista do público pelo privado, do coletivo pelo individual, e da cooperação pela competição), e contrária também aos pressupostos básicos do gerencialismo (entendido aqui como tecnologia do controle, baseada na fragmentação, na racionalização e na instrumentalização das atividades humanas).

A partir desse ponto de vista, busquei caracterizar o macrocontexto global dentro do qual circulam os discursos sobre RSE, identificar seus principais porta-vozes, evidenciar as lutas por autoridade e legitimidade em torno da **melhor definição** e da **operacionalização adequada** do conceito, retratar as principais fontes de influência e de apoio institucional para o mesmo, revelar algumas de suas contradições internas e as razões pelas quais tem encontrado eco entre tantos e tão diversos setores do universo social.

Quis demonstrar, por um lado, as **afinidades eletivas**, ou a função de reforço mútuo, existentes entre a agenda capitalista globalizante e o discurso da RSE tal como construído e divulgado pelos agentes dominantes, aí incluídas as instituições brasileiras de ensino e de pesquisa no campo da Administração. Por outro lado, quis destacar também certos traços distintivos das sociedades capitalistas avançadas, tais como, por exemplo, a tendência à hiper-racionalização, que tudo rotiniza e congela em procedimentos ritualísticos; a crescente exacerbação do individualismo e do desenraizamento social; e a proliferação de microcomunidades relativamente fechadas de comunicação e ação. São características estruturais e estruturantes que, como outras tantas, da mesma natureza, influenciam fortemente quer as possibilidades concretas, quer os eventuais resultados ligados às promessas de responsabilidade social das empresas, e que, por isso mesmo, deveriam ser alvo de análise mais rigorosa e detalhada dos estudos nessa área.

Por fim, argumentei que as reflexões sobre o tema levadas a cabo nos meios acadêmicos brasileiros – seja nas salas de aula, seja nos trabalhos de pesquisa – padecem ainda, em sua maioria, de uma visão essencialmente utilitarista e instrumental (do tipo **a ética pode ser um bom negócio**), de análises contextuais, que geralmente se circunscrevem às **partes interessadas** das organizações, de uma certa acomodação aos referenciais teóricos do gerencialismo convencional norte-americano, e de uma tendência a focalizar, talvez em demasia, as responsabilidades e obrigações éticas ora dos indivíduos, no exercício de suas funções, ora de empresas curiosamente antropomorfizadas, dedicando

consequentemente muito menos tempo, e tinta, a importantes questionamentos sistêmicos, de ordem política, econômica e social.

Desdenhar os discursos dos atores dominantes sobre RSE como sendo mera estratégia publicitária, ou, pelo contrário, saudá-los como uma iluminada e sincera busca de desenvolvimento harmônico e sustentável podem ser, ambas, interpretações insuficientes, porque simplificadoras e dicotômicas. Os interesses que motivam as empresas variam bastante entre elas, pois refletem as consideráveis diferenças existentes entre, em primeiro lugar, as leis e disputas específicas do campo dentro do qual estão inseridas; depois, os incentivos e restrições presentes em seus universos institucionais mais amplos; e, finalmente, de que maneira os agentes dominantes estão posicionados, em cada momento histórico particular, em relação aos agentes e movimentos contra-hegemônicos.

Tendo em vista as claras limitações impostas pelas estruturas do mundo social e dos campos de atividade econômica (estruturas objetivadas e objetivantes, como diria Bourdieu), e pelas motivações pessoais e conflitantes dos agentes que deles fazem parte, creio que a trajetória futura de qualquer modelo minimamente congruente de **empresa responsável** irá depender não apenas dos papéis desempenhados pela sociedade civil organizada ou por empresários esclarecidos, mas também – e sobretudo – da qualidade dos instrumentos de regulação nacional e internacional implantados, e do lugar ocupado pelo Estado democrático na proteção e na garantia do bem comum, uma vez que ainda é o ator investido de maior legitimidade para definir, e perseguir, o que seja do interesse público.

É dentro desse contexto que se deve sublinhar a importância do ensino e da pesquisa como elementos-chave na luta de resistência, na medida em que podem ajudar a compreender melhor aquilo que está em jogo. Lembrando sempre que, para além de esforços puramente descritivos e explicativos, cabe às abordagens críticas – tanto na sala de aula como na investigação acadêmica – desvelar certos tipos de engano e de manipulação, contribuindo assim para que os agentes sociais se tornem mais conscientes de suas próprias necessidades.

Artigo recebido em 04.07.2011. Aprovado em 18.11.2011.

Referências

- Adler, P., Forbes, L., & Willmott, H. (2007). Critical management studies: premises, practices, problems, and prospects. *The Academy of Management, 1*, 119-179.
- Aktouf, O. (2004). *Pós-globalização, administração e racionalidade econômica: a síndrome do avestruz*. São Paulo: Atlas.
- Alvesson, M., & Willmott, H. (2003). *Studying management critically*. London: Sage.
- Arantes, P. (2004). *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad.
- Arrighi, G., Silver, B. J., & Brewer, B. D. (2003). Industrial convergence, globalization, and the persistence of the North-South divide. *Studies in Comparative International Development, 38*(1), 3-31. doi: 10.1007/BF02686319
- Bakan, J. (2004). *The corporation: the pathological pursuit of profit and power*. New York: Free Press.
- Beck, U. (2003). *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Flammarion-Aubier.
- Beck, U. (2008). *World at risk*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São

- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2000, maio). La nouvelle vulgate planétaire. *Le Monde Diplomatique*, Paris, pp. 6-7.
- Burbules, N. C., & Torres, C. A. (2000). *Globalization and education: critical perspectives*. London: Routledge.
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate social performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505. doi: 10.2307/257850
- Carroll, A. B. (1999). Corporate social responsibility: evolution of a definitional construct. *Business and Society*, 38(3), 268-295. doi: 10.1177/000765039903800303
- Carroll, A. B., & Shabana, K. (2010). The business case for corporate social responsibility: a review of concepts, research and practice. *International Journal of Management Reviews*, 12(1), 85-105. doi: 10.1111/j.1468-2370.2009.00275.x
- Castells, M. (2007). Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 238-266. doi: 1932-8036/20070238
- Chesnais, F. (2005). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo.
- Corporate Watch. (2006). *What's wrong with corporate social responsibility?* Recuperado em 23 agosto, 2007, de <http://www.corporatewatch.org/?lid=2670>
- Dagnino, E. (Org.). (2002). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra.
- Dahlsrud, A. (2006). How corporate social responsibility is defined? An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13. doi: 10.1002/csr.132
- Davel, E., & Alcadipani, R. (2003). Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, 43(4), 72-85. doi: 10.1590/S0034-75902003000400006
- De George, R. T. (2005, February). *A history of business ethics*. Third Biennial Global Business Ethics Conference. Markkula Center for Applied Ethics, Santa Clara University, CA. Recuperado em 20 maio, 2011, de <http://www.scu.edu/ethics/practicing/focusareas/business/conference/presentations/business-ethics-history.html>
- Della Porta, D., & Tarrow, S. (Eds.). (2005). *Transnational protest and global activism: people, passions and power*. Oxford: Rowman and Littlefield.
- Diniz, E. (2009). *El post-consenso de Washington: globalización, Estado y gobernabilidad reexaminados*. Instituto de Estudios Latinoamericanos. Recuperado em 25 maio, 2010, de <http://www.ielat.es/inicio/repositorio/DT4WEB.pdf>
- Doane, D. (2002). *Market failure: the case for mandatory social and environmental reporting*. Recuperado em 23 maio, 2011, de <http://www.hapinternational.org/pool/files/doanepaper1.pdf>
- Donaldson, T., & Preston, L. (1995). The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *Academy of Management Review*, 20(1), 65-91.
- Dupas, G. (2005). *Atores e poderes na nova ordem global – assimetria, instabilidades e imperativos de legitimação*. São Paulo: UNESP.

- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. London: Capstone.
- Fairclough, N. (2005). Discourse analysis in organization studies: the case for critical realism. *Organization Studies*, 26(6), 915-939. doi: 10.1177/0170840605054610
- Freire, R., Santos, S. R., Souza, M. J., & Rossetto, C. R. (2008, julho/agosto). Responsabilidade social corporativa: evolução da produção científica. *Anais do Congresso Nacional de Excelência em Gestão*, Niterói, RJ, Brasil, 4.
- Friedman, T. L. (2007). *The world is flat: the globalized world in the twenty-first century* (2a ed.). London: Penguin.
- Gay, P. du, Hall, S., Janes, L., Mackay, H., & Negus, K. (1997). *Doing cultural studies: the story of the Sony Walkman*. London: Sage.
- Gergen, K. J. (2008). Mobile communication and the transformation of the democratic process. In J. Katz (Ed.), *Handbook of mobile communication studies* (pp. 297-309). Cambridge, MA: MIT Press.
- Geser, H. (2005). Towards a sociological theory of the mobile phone. In A. Zerdick, A. Picot, K. Schrape, J.-C. Burgelman, & R. Silverstone (Eds.), *E-Merging media: communication and the media economy of the future* (pp. 235-260). Heidelberg: Springer.
- Harvey, D. (2005). *A brief history of neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Held, D., & McGrew, A. (2007). *Globalization / anti-globalization: beyond the great divide* (2a ed.). Cambridge, UK: Polity Press.
- Heslin, P., & Ochoa, J. (2008). Understanding and developing strategic corporate social responsibility. *Organizational Dynamics*, 37(2), 125-144. doi: 10.1016/j.orgdyn.2008.02.002
- Jones, M. T. (1996). Missing the forest for the trees: a critique of the corporate social responsibility discourse. *Business and Society*, 35(1), 7-41. doi: 10.1177/000765039603500102
- Katz, J. (Ed.). (2008). *Handbook of mobile communication studies*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Korten, D. C. (2001). *When corporations rule the world* (2a ed.). Connecticut: Kumarian Press.
- Kreitlon, M. P. (2008). *O discurso da responsabilidade social, ou a lógica e a retórica da legitimação: um olhar sobre o campo do petróleo* (Tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- López-Ruiz, O. J. (2004). *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Matten, D., & Moon, J. (2008). "Implicit" and "explicit" CSR: a conceptual framework for a comparative understanding of corporate social responsibility. *Academy of Management Review*, 33(2), 404-424. doi: 10.2307/20159405
- Milani, C. R., & Laniado, R. (2006). Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda para um novo sentido da internacionalização. *Caderno CRH*, 19(48), 479-498.
- Miranda, N. A., Silva, D., Simon, F. O., & Veraszto, E. V. (2007). Inserção da responsabilidade social corporativa no currículo de administração do Brasil. *Revista Gerenciais*, 6(1), 35-43.
- Moretti, S. L. A. do, & Campanario, M. A. de (2009). A produção intelectual brasileira em responsabilidade social empresarial – RSE sob a ótica da bibliometria [Edição especial]. *Revista*

- Munck, R. (2007). *Globalization and contestation: the new great counter-movement*. Abingdon, UK: Routledge.
- Nicolini, A. (2003). Qual será o futuro das fábricas de administradores? *Revista de Administração de Empresas*, 43(2), 44-54. doi: 10.1590/S0034-75902003000200003
- Oliveira, F. (1999). Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In F. Oliveira & M. C. Paoli (Orgs.), *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global* (pp. 55-82). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, F. (2006). A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *Cuadernos del Cendes*, 23(62), 265-291.
- Paes de Paula, A. P., Maranhão, C. S., Barreto, R., & Klechen, C. F. (2010). A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 10-23. doi: 10.1590/S0034-75902010000100002
- Paoli, M. C. (2002). Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In B. S. Santos (Org.), *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa* (Cap. 8, pp. 373-418). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Parker, M. (2002). *Against management*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2006). Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, 78-92.
- Prêmio Ethos-Valor. (2002). *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Prêmio Ethos-Valor. (2003). *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Prêmio Ethos-Valor. (2004). *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Prêmio Ethos-Valor. (2005). *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Prêmio Ethos-Valor. (2006). *Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades*. São Paulo: Fundação Peirópolis.
- Rangel, K. L. (2007). *Responsabilidade social empresarial na ANPAD* (Trabalho de conclusão de curso). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
- Ritzer, G. (2008). *The McDonaldisation of society* (5a ed.). Los Angeles: Pine Forge.
- Shapin, S. (2008). Science and the modern world. In E. J. Hackett, O. Amsterdamska, M. Lynch, & J. Wajcman (Eds.), *The handbook of Science and Technology Studies* (pp. 433-448). Cambridge, MA: MIT Press.
- Strange, S. (1996). *The retreat of the state: the diffusion of power in the world economy*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.